

ACERTO DE CONTAS: Cobrança só vale se começar em 90 dias

Editoria de Arte

AUMENTO DE RECEITAS NA UNIÃO (R\$ MILHÕES)

TOTAL: R\$ 13.269,1 milhões
1,46% do PIBTOTAL: R\$ 11.407,4 milhões
1,19% do PIBTOTAL: R\$ 11.966,2 milhões
1,18% do PIBCPMF adicional de 0,08%
sobre a alíquota de 0,30%
(apenas no primeiro ano)

Equalização da Cofins

Incorporação dos depósitos judiciais
à receita tributária correnteAdicional da Cofins
compensável com IRPJ

CPMF adicional de 0,10

R\$ 3.241,8
0,36% do PIBR\$ 1.200
0,13% do PIBR\$ 1.400
0,15% do PIBR\$ 3.375
0,37% do PIBR\$ 4.052,3
0,45% do PIB

1999

R\$ 1.200
0,13% do PIBR\$ 1.450
0,15% do PIBR\$ 4.500
0,47% do PIBR\$ 4.257,4
0,45% do PIB

2000

R\$ 1.200
0,12% do PIBR\$ 1.500
0,15% do PIBR\$ 4.750
0,47% do PIBR\$ 4.516,2
0,45% do PIB

2001

Governo terá receita extra de 7,3 bi com o aumento da CPMF

Proposta da União é de uma alíquota de 0,38% em 1999

Leandra Peres e Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. O aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38% — caso seja aprovado — só valerá para 1999. Em 2000 e 2001, a alíquota cairá para 0,3%, ficando 50% acima do percentual atual. O Governo também quer começar a cobrança da nova CPMF antes que vença o prazo constitucional de 90 dias para início do recolhimento de novas contribuições, garantindo receita extra de R\$ 7,3 bilhões em 99: R\$ 4,055 bilhões com aumento da alíquota de 0,2% para 0,3% e de R\$ 3,241 bilhões com o adicional de 0,08 ponto percentual.

— Sabemos que a CPMF é um imposto ruim, mas no momento ela é necessária — admitiu o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Depósitos judiciais são incluídos na arrecadação

O Governo também determinou que os depósitos judiciais sejam incluídos como arrecadação da Receita Federal, aumentando em R\$ 1,4 bilhão, de acordo com estimativas da equipe econômica, a receita no ano que vem. A manobra contábil elevará artificialmente a arrecadação, já que os recursos que serão contabilizados ainda estão sendo discutidos judicialmente, e se a União perder terá que devolver o dinheiro, diminuindo a arrecadação com que contava. Em 2000 e 2001, o Governo espera arrecadar R\$ 1,450 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente com a medida.

Os recursos arrecadados com aumento da CPMF não serão mais usados para financiar a Saúde. Vão cobrir o rombo da Previdência, estimado em R\$ 33 bilhões para o ano que vem. O Ministério da Saúde continuará recebendo a parcela recolhida com a alíquota de 0,2%, que este ano chegou a R\$ 8 bilhões. De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, não haverá redução nos repasses deste ano em relação a 1997. Em 2000, a arrecadação estimada é de R\$ 4,257 bilhões; e em 2001, de R\$ 4,516 bilhões.

*'Todos nós sabemos que
a CPMF é um
imposto ruim, mas
no momento ela é necessária'*

PEDRO MALAN
Ministro da Fazenda

— A alíquota de 0,38% no ano que vem serve apenas para compensar os efeitos da reforma da Previdência, que não são imediatos. Após a promulgação é preciso ainda regulamentar as mudanças — explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Para evitar a perda de arrecadação da CPMF até que vença o prazo de 90 dias, o Governo vai apoiar o projeto de emenda constitucional do deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), que está em tramitação no Congresso. A proposta do deputado inclui dispositivo que autoriza a cobrança da CPMF imediatamente após a aprovação da emenda. Sem isso, a equipe econômica teria que ter aprovado a emenda constitucional no dia 22, pois a cobrança da CPMF só está autorizada até 22 de janeiro do ano que vem. O prazo de 90 dias para o início da cobrança de nova contribuição após a aprovação pelo Congresso é fixado na Constituição.

— É preciso lembrar que só estamos conseguindo essa excepcionalidade porque se trata da prorrogação de uma contribuição já existente e porque está sendo feita por meio de nova emenda constitucional — disse Parente.

O cancelamento do prazo de 90 dias só valerá para a CPMF. Caso o Governo queira criar uma nova contribuição terá que respeitar o período de carência. A proposta original da equipe econômica era que a CPMF subisse de 0,2% para 0,35%, mas acabou elevada para 0,38% no primeiro ano porque foi bem aceita politicamente. A contribuição também vai desaparecer assim que a reforma tributária for aprovada. Segundo Parente, a CPMF será transformada

num imposto permanente, o IMF, que poderá ser deduzido do Imposto de Renda, adquirindo função meramente regulatória.

A equipe econômica também chegou a estudar a isenção da CPMF nas exportações, mas a necessidade de aumentar as receitas acabou fazendo a medida ser descartada, pelo menos, provisoriamente. A contribuição é o único tributo que ainda incide sobre as vendas externas, desde que os governos estaduais dispensaram o recolhimento do ICMS dos produtos destinados ao exterior.

Conta-salário de R\$ 2.000 pagará R\$ 98,80 de CPMF

A única mudança para quem tem conta bancária e paga a CPMF será a alíquota. O assalariado que recebe R\$ 2 mil por mês e gasta todo o seu salário passará a pagar R\$ 98,80 de CPMF no ano que vem. Quando a alíquota baixar para 0,3%, a despesa total cairá para R\$ 78. Hoje o recolhimento anual é de R\$ 52. Para salário de R\$ 5 mil, os gastos subirão de R\$ 130 por ano para R\$ 247 em 99 e R\$ 195 em 2000 e 2001.

As regras de cobrança e movimentação de recursos continuarão as mesmas. O recolhimento será semanal, como hoje, e as transferências entre contas correntes de mesma titularidade continuarão isentas. Quem fizer aplicação em fundos de investimentos pagará os 0,38% quando o dinheiro sair da conta para o fundo e quando os recursos forem sacados. A caderneta de poupança é isenta da CPMF na aplicação, mas no saque os 0,38% serão retidos. ■

• AUMENTO DA CPMF SERÁ
REPASSADO A PREÇOS,
na página 26